

# **Ciência, Tecnologia & Inovação para o Desenvolvimento Social e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**





## Índice

<b>1.0 – Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>2.0 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.....</b>	<b>5</b>
2.1 – Principais ações realizadas pelo CNPq para o desenvolvimento social e sustentável do País.....	7
2.2 – Principais ações realizadas pelo MCT para o desenvolvimento social e sustentável do País .....	8
2.3 – Principais ações realizadas pela FINEP para o desenvolvimento social e sustentável do País .....	9
2.4 – Principais ações realizadas pelo SEBRAE para o desenvolvimento social e sustentável do País .....	11
2.5 – Principais ações realizadas pelo SENAI para o desenvolvimento social e sustentável do País .....	11
<b>3.0 – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e algumas ações do Governo Brasileiro.....</b>	<b>12</b>
3.1 – ODM 1: Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome .....	13
3.2 – ODM 2: Atingir o Ensino Básico Universal.....	13
3.3 – ODM 3: Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres .....	13
3.4 – ODM 4: Reduzir a Mortalidade na Infância.....	14
3.5 – ODM 5: Melhorar a Saúde Materna .....	14
3.6 – ODM 6: Combater o HIV/Aids e Outras Doenças.....	14
3.7 – ODM 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental .....	15
3.8 – ODM 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.....	16
<b>ANEXO I – O Papel Social das Empresas e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil ( ) .....</b>	<b>18</b>

## 1.0 – Introdução

Em setembro de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)<sup>1</sup>, um pacto de compromisso para a sustentabilidade do planeta e erradicação da pobreza. O acordo – assinado por 191 países, inclusive o Brasil – estabelece que os ODMs devem ser atingidos por esses países até 2015. Para possibilitar uma avaliação uniforme nos níveis global, nacional e regional, foram estabelecidos, além desses objetivos internacionais comuns, 18 metas que podem ser acompanhadas por um conjunto de 48 indicadores propostos por um grupo de especialistas do Secretariado das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em prol do cumprimento desses objetivos, parcerias têm sido criadas e consolidadas entre o governo brasileiro e as diversas agências que compõem o Sistema das Nações Unidas no Brasil. Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>2</sup>, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já foram criados seis grupos de trabalho, que se dedicaram aos temas de fome e pobreza; educação; gênero e desigualdades raciais; saúde; sustentabilidade ambiental e parceria mundial. Pelo governo brasileiro, participaram da iniciativa as seguintes instituições: Casa Civil da Presidência da República, coordenadora do processo de articulação governamental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Fazenda; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres<sup>3</sup>.

No Brasil Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) compõem um instrumento estratégico de apoio ao desenvolvimento social e sustentável, pois possibilita a realização de ações que visam a satisfazer necessidades básicas da sociedade brasileira. Todavia, face à complexidade e à abrangência dessas demandas sociais, torna-se cada vez mais indispensável ao sistema de CT&I a criação de novas parcerias, bem como a aderência deste às já existentes, a fim de permitir os vínculos necessários entre sociedade civil, universidades, centros de pesquisa, governo, setor privado e terceiro setor para juntos trabalharem em uníssono em prol de resultados que beneficiem a sociedade.

Nesse marco, é de suma importância apontar as principais ações que vêm sendo implementadas pelo governo federal e empresas, visando o desenvolvimento social e sustentável do Brasil. Iniciativas como, por exemplo, criação de fóruns (que visam a promoção de diálogo para o desenvolvimento), redes, programas, projetos etc., realizadas por meio de parcerias interministeriais também merecem destaque, sobretudo quando se enfatiza as ações do sistema de CT&I, mais especificamente do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) com os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Saúde (MS); Educação (MEC); Integração Nacional (MI); Meio Ambiente (MMA) e o de Minas e Energia (MME), que têm desenvolvido ações de abrangência nacional, além das iniciativas conjuntas

---

<sup>1</sup> Compõem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) Atingir o Ensino Básico universal; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental e; 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

<sup>2</sup> Coube ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a responsabilidade de selecionar e analisar os indicadores utilizados, articular os grupos temáticos e, ainda, consolidar o texto final do relatório de acompanhamento dos ODMs.

<sup>3</sup> Pela Organização das Nações Unidas, além do PNUD, responsável pela coordenação do processo de acompanhamento dos ODMs no âmbito interagencial, participaram especialistas das seguintes instituições: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial (BIRD); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização Pan-Americana de Saúde / Organização Mundial da Saúde (OMS/OPAS); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); União Internacional de Telecomunicações (UIT); Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS); Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); e Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).



com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); entidades de apoio ao investidor, como por exemplo o SEBRAE; entre outras.

Não obstante, no que diz respeito às ações de impacto social, é fundamental enfatizar a relevância das iniciativas realizadas pelos bancos oficiais, como, por exemplo, as de cunho social do Banco do Brasil, que com o seu plano pautado na responsabilidade social tem realizado ações muito significativas nas áreas de saúde, cultura, esporte, trabalho, educação, meio ambiente, tecnologia social e investido recursos humanos e financeiros em programas que visam a redução da exclusão social. Da mesma forma se destacam as ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco da Amazônia (BASA), da Caixa Econômica Federal (CEF), do Banco do Nordeste (BNB), e outros.

Nesse sentido o presente trabalho buscou enfatizar algumas das mais importantes iniciativas realizadas no âmbito da CT&I, bem como de parceiros como o SEBRAE e o SENAI, no que se refere às ações de impactos sociais e de promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil. Outrossim, buscou, também de forma sucinta, relacionar os 8 (oito) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com as principais ações do governo federal em prol do cumprimento desses. Em anexo, o trabalho aborda a importância do exercício do papel social das empresas face ao cumprimento desses objetivos de compromisso internacional, destacando as principais iniciativas realizadas por este segmento.

## **2.0 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social**

Muitas têm sido as ações voltadas para a questão social e para o desenvolvimento sustentável do país no âmbito do sistema de CT&I. Entre as iniciativas mais relevantes podem-se destacar aquelas realizadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), bem como pelas suas várias agências de fomento e financiamento, e outros parceiros, que focam suas ações em áreas estratégicas, tais como:

- Na área urbana: qualidade de vida, gestão urbana, transportes, saneamento ambiental, habitação, segurança pública e alimentação;
- No setor rural: desenvolvimento e qualidade de vida;
- Saúde pública;
- Educação e sociedade do conhecimento;
- Desenvolvimento local e regional e geração de emprego e renda.

### **2.1 – Principais ações realizadas pelo CNPq para o desenvolvimento social e sustentável do País**

Entre as principais ações desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com vistas ao desenvolvimento social e sustentável do Brasil, podem ser destacadas, por exemplo:

1. Apoio aos Núcleos de Excelência – grupos organizados de pesquisadores e técnicos de alto nível, em permanente interação, com reconhecida competência e tradição em suas áreas de atuação técnico-científica capazes de funcionar como fonte geradora e transformadora de conhecimento científico-tecnológico para aplicação em programas e projetos de relevância ao desenvolvimento do país;
2. Programas voltados para despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, bem como contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
3. Programas regionais, criados a partir da necessidade de promover o desenvolvimento regional de forma mais harmônica;
  - a. Programa Região Norte – Os estados participantes são: Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. São trabalhadas as temáticas: agronomia, saúde, meio ambiente, ciências humanas, ecologia, geologia, química, botânica, biologia, tecnologias, sócio-economia;
  - b. Programa Região Nordeste – Os estados participantes são: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Sergipe, Piauí, Alagoas e Espírito Santo. São trabalhadas as temáticas: agropecuária, saúde, educação, artes, engenharia, ciências sociais, meio ambiente e biodiversidade;
  - c. Programa Região Centro-Oeste – Os estados participantes são: Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. São trabalhadas as temáticas: saúde, agronegócios, recursos naturais;
  - d. Programa Região Sul – Os estados participantes são: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina. São trabalhadas as temáticas: saúde, agronegócios, educação, meio ambiente, tecnologias da informação.
4. Programas ligados à pesquisa em agropecuária e biotecnologia, e à pesquisa em agropecuária e agronegócio. Ademais, somam-se a estes os programas básicos de agronomia, aquicultura, ciência e tecnologia de alimentos, engenharia agrícola, medicina veterinária e zootecnia, recursos florestais e engenharia florestal e do programa setorial do agronegócio;
5. Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, que tem como objetivo apoiar a realização de pesquisas e o desenvolvimento de subprojetos demonstrativos e avaliações, em nível de biomas, para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica;
6. Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva, cujo objetivo central é proceder ao levantamento dos potenciais sustentáveis de



utilização dos recursos vivos na Zona Econômica Exclusiva. Nota-se que este é um dos programas mais amplos e com objetivos mais complexos já desenvolvidos no país, entre aqueles voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha;

7. O Programa do Trópico Úmido (PTU), como ação programática de fomento à Ciência e Tecnologia da Amazônia, cujas principais linhas de atuação são: fontes alternativas de energia e uso econômico da biodiversidade;
8. Programas voltados para a Biosfera-Atmosfera na Amazônia, como um esforço de pesquisa internacional multidisciplinar para estudar e melhor compreender o funcionamento do sistema amazônico, visando a um melhor entendimento da climatologia, ecologia, biogeoquímica, fenômenos atmosféricos e funcionamento hidrológico da Amazônia, assim como da sua interação com o sistema terrestre e sua resposta à utilização da terra;
9. Programa Antártico Brasileiro, como uma das exigências para a participação de qualquer país como parte consultiva do Tratado da Antártica é a realização de substanciais atividades científicas naquela região. Em consideração à importância estratégica da região, vários países assinaram o Tratado da Antártica, no qual se firma o compromisso de ocupação daquele território, apenas para fins pacíficos e de cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas científicas. O Programa compreende pesquisas científicas e atividades correlatas que o Brasil desenvolve no Continente Antártico;
10. Programa voltado para as Pesquisas Ecológicas de Longa Duração, que se destina a estabelecer políticas para o desenvolvimento da ecologia no Brasil, desenvolver pesquisas e redes de informação, apoiar a cooperação internacional, participar da padronização instrumental e metodológica, fomentar a formação de recursos humanos e o desenvolvimento institucional e atuar harmoniosamente com os demais programas governamentais;
11. Como mecanismo de fomento, o CNPq oferece vinte (20) bolsas no âmbito do programa voltado para a Pesquisa em Mudanças Globais, as quais se destinam à formação de doutores e a programas e/ou estágios de pós-doutorado em universidades e centros de investigação brasileiros, nas áreas de mudanças globais e impactos no meio ambiente;
12. Ações induzidas específicas que visam o fortalecimento e a consolidação de determinadas áreas temáticas, de abordagem multidisciplinar como, por exemplo: i) conservação e preservação de bens culturais (restauração); ii) expansão e fortalecimento da arqueologia/paleontologia; iii) estimular iniciativas na área de educação científica, particularmente em relação à divulgação e circulação da informação científica; iv) estruturação de um programa de avaliação de Políticas Públicas; v) divulgação e estímulo à produção científica e tecnológica envolvendo Propriedade Intelectual; vi) o estímulo ao empreendedorismo e exploração das suas vertentes sociais e; vii) ampliar estudos tecnológicos e sociológicos relativos à segurança e cidadania;
13. Programa voltado para o Saneamento Básico, cujo objetivo é favorecer, com o desenvolvimento de tecnologia regional/local, a população Brasileira, em especial comunidades com população de até 20.000 hab., com soluções para os problemas com tratamento de água, tratamento de esgoto, resíduos sólidos e a destinação dos lodos gerados nas estações de tratamento de água e esgoto;
14. Programa com ênfase na Sociedade da Informação, que tem como objetivo a promoção da geração e utilização da tecnologia da informação e comunicação, necessárias à inserção competitiva do Brasil no mercado global e à inclusão social dos cidadãos brasileiros na sociedade do conhecimento. Ressalta-se o programa Rede de Desenvolvimento de Competências em Tecnologias da Informação e Comunicação (RDC-TIC);
15. Programas de pesquisa voltados para a área de saúde, que atuam nas áreas de medicina, farmácia, saúde coletiva e nutrição, educação física, enfermagem, odontologia, fonoaudiologia e fisioterapia/terapia ocupacional, e bioética. Ademais, tem-se o programa de pesquisa direcionado às biociências, que atua nos programas básicos de bioquímica, biofísica, farmacologia, fisiologia e imunologia, microbiologia, morfologia e parasitologia; apoiando a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de pesquisas no país e no exterior.

## **2.2 – Principais ações realizadas pelo MCT para o desenvolvimento social e sustentável do País**

O MCT tem contribuído para os desenvolvimentos social e sustentável com um conjunto de ações e iniciativas que estão relacionadas a:

1. Programas especialmente dirigidos a empresas, com esforços específicos para os setores industrial e agropecuário, que disponibilizam incentivos fiscais, estimulando investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e visando aumentar o grau de competitividade das empresas brasileiras por meio de uma estrutura permanente de gestão tecnológica. Outra vertente dessas ações deverá congrega, articular, aprimorar e divulgar a maioria dos esforços institucionais e financeiros de suporte às Incubadoras de Empresas, cuja meta é ampliar e otimizar os recursos, que deverão ser canalizados para a geração e consolidação de micro e pequenas empresas inovadoras em regime de incubação;
2. Gestão tecnológica para a competitividade responsáveis pela criação de novos padrões de desenvolvimento e transferência de tecnologia, de estabelecimento de parcerias e de cooperação tecnológica;
3. Apoio tecnológico à exportação com a finalidade de prestar assistência tecnológica às micros e pequenas empresas, inicialmente nos estados do Amazonas, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que queiram se tornar exportadoras ou àquelas que já exportam e desejam melhorar seu desempenho nos mercados externos;
4. Programas voltados para a capacitação de Recursos Humanos para atividades estratégicas, enfatizando a colaboração entre empresas, universidades e institutos de pesquisa;
5. Programa voltado para a proteção das Florestas Tropicais no Brasil, com o intuito de fortalecer e maximizar os benefícios ambientais dessas, de maneira compatível com o desenvolvimento do país. Nota-se que este representa um modelo único de cooperação entre o governo brasileiro, a sociedade civil e a comunidade internacional. neste caso é relevante destacar seus sub-programas e projetos: i) subprograma unidades de conservação e manejo de recursos naturais; ii) subprograma de projetos demonstrativos; iii) subprograma de política de recursos naturais; iv) subprograma de ciência e tecnologia; v) projeto reservas extrativistas; vi) projeto de apoio ao manejo florestal na Amazônia; viii) projeto de manejo dos recursos naturais da várzea; vix) projeto integrado de proteção às terras e populações indígenas da Amazônia legal; x) projeto negócios sustentáveis; xi) núcleo assessor para o subprograma Mata Atlântica e; xii) projeto apoio ao monitoramento e análise;
6. Ações inovadoras, que integram grupos de pesquisa em redes, potencializam a base nacional instalada de laboratórios, favorecem a integração com centros internacionais de pesquisa e impulsionam a desconcentração do conhecimento, em benefício das regiões brasileiras menos avançadas nos setores científico e tecnológico;
7. Programa voltado para o desenvolvimento da Sociedade da Informação que pretende viabilizar um novo estágio de evolução da Internet e suas aplicações no Brasil, tanto na capacitação de pessoal para pesquisa e desenvolvimento quanto na garantia de serviços avançados de comunicação e informação. Esta ação trabalha as vertentes: ciência e tecnologia; educação; cultura; saúde; aplicações sociais; comércio eletrônico; informação e mídia; atividades de governo e; educação para a sociedade da informação;
8. Ações voltadas para a área de Tecnologia Industrial Básica, que objetivam adequar e expandir a ampla gama de serviços de infra-estrutura nas áreas de metrologia, normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade, bem como propõem atividades de suporte à pesquisa, desenvolvimento e engenharia, para que o esforço de modernização tecnológica e de inovação se traduza no aumento da capacidade competitiva da empresa brasileira;
9. Iniciativas de cunho multidisciplinar, como é o caso do Programa Xingó – desenvolvido pelo CNPq, em conjunto com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e outros parceiros, visando o aproveitamento da infra-estrutura usada para a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó (UHE), no Rio São Francisco. Esta iniciativa baseia-se no entendimento de que a prosperidade dos povos será decorrência da educação, associada à exploração das potencialidades e vocações, contemplando todos os aspectos do ensino, da profissionalização e



da produção, especialmente direcionados para o desenvolvimento regional. As principais áreas de pesquisa e desenvolvimento são: arqueologia, educação, fruticultura, piscicultura, recursos hídricos e turismo;

10. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB); programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, da produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda;
11. Apoio aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), que são unidades de ensino profissionalizante voltadas para a difusão de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e para a transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo. Sua estrutura de ensino está orientada para a capacitação tecnológica da população levando-se em conta a vocação da região onde se insere;
12. Apoio a projetos de Tecnologias Sociais que contribuam para a inserção das populações mais vulneráveis social e economicamente, do campo e da cidade, no processo de desenvolvimento do País e que visem: i) Sustentabilidade, com valorização dos conhecimentos locais, insumos endógenos produtos e potencialidades territoriais; ii) Enfoque metodológico participativo; iii) Abordagem multidisciplinar e interdisciplinar que pressupõe a interação entre os conhecimentos técnicos, ecológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos; iv) Composição de parcerias inter e multi-institucional; v) Pesquisa e extensão articuladas para a resolução dos problemas concretos dos beneficiários e; vi) Promoção da gestão solidária dos empreendimentos, com a valorização do associativismo e do cooperativismo;
13. Ações voltadas para a difusão e popularização da Ciência;
14. Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) que visa a promover o desenvolvimento de APLs por meio de estímulo à cooperação entre capacidade produtiva local, instituições de pesquisa, agentes de desenvolvimento, poderes federal, estaduais e municipais com vistas à dinamização dos processos locais de inovação. Neste caso, os projetos de APLs são submetidos à Secretaria de Inclusão Social (Secis) em modalidade de encomenda. Os recursos destinados a essa ação são tanto de fundos setoriais (2001-2004) quanto recursos do governo federal (PPA 2004-2007 – Programa 1015 – Arranjos Produtivos Locais).

### **2.3 – Principais ações realizadas pela FINEP para o desenvolvimento social e sustentável do País**

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), também tem desenvolvido ações de grandes impactos sociais. Além dos projetos financiados pelos Fundos Setoriais e Ações Transversais, destacam-se alguns Programas / Ações institucionais como:

1. Programa de Tecnologia de Habitação, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico e a difusão do conhecimento no campo da Tecnologia do Ambiente Construído, por meio de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação que visem a contribuir para a solução do déficit habitacional do País e a modernização do setor da construção civil, no sentido da melhoria da qualidade, aumento da produtividade e redução de custos na produção e recuperação de moradias, especialmente destinadas aos segmentos de baixa renda. Suas principais linhas de ação são: gestão da qualidade e produtividade; normalização e certificação; utilização de resíduos na construção; construção e meio ambiente; critérios de urbanização e infra-estrutura; avaliação de políticas públicas; inovação tecnológica e; avaliação pós-ocupação;
2. Ações voltadas para a capacitação da auto-gestão do cooperativismo popular como forma de organização social geradora de emprego e renda, que têm como objetivo utilizar o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos cooperativos que proporcionem desenvolvimento econômico e social;
3. Ações, em consonância com as realizadas pelo CNPq, voltadas para a questão do Saneamento Básico, cujo foco de atuação tem sido o desenvolvimento de pesquisas e o aperfeiçoamento de tecnologias nas áreas de águas de abastecimento, águas residuárias e resíduos sólidos que sejam de fácil aplicabilidade, baixo custo de implantação, operação e manutenção e que resultem na melhoria das condições de vida da população brasileira, especialmente as menos favorecidas;



4. Ações de iniciativa do MCT, realizadas pela FINEP em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, que buscam financiar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de produtos e processos inovadores empreendidos por pesquisadores que atuem diretamente ou em cooperação com empresas de base tecnológica. Estas ações baseiam-se no apoio direto ao pesquisador, associado a uma empresa já existente, ou em criação, pelo financiamento de seu projeto de pesquisa de criação de um novo produto ou processo. Nota-se que nesta iniciativa são apoiados apenas os projetos que estejam em fases que precedem a comercialização;
5. Programas de tecnologias para o desenvolvimento social que prevê o apoio a projetos de desenvolvimento e difusão de tecnologias de interesse social que atendam aos quesitos de baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado a partir de indicadores mensuráveis. Objetiva-se com esta iniciativa, a identificação de componentes tecnológicos dos problemas sociais, a mobilização de recursos (humanos e financeiros) para sua solução, a avaliação dos resultados e a sua replicação;
6. Apoio financeiro a projetos de reaplicação de tecnologia de incubação de empreendimentos solidários, visando prioritariamente à geração de trabalho e renda, nos seguintes territórios: grandes cidades (acima de um milhão de habitantes –censo 2000), municípios localizados em regiões metropolitanas, Amazônia Legal e áreas dos Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSADs);
7. Apoio financeiro a projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que reduzam ou eliminem as deficiências física, mental, visual e/ou auditiva ou as limitações decorrentes dessas a fim de colaborar para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos. O objetivo geral desta iniciativa é integrar o insumo Ciência, Tecnologia e Inovação aos esforços do Governo Federal no que diz respeito à inclusão social de pessoas portadoras de deficiência e de idosos, permitindo o aumento da autonomia e independência desses grupos sociais em suas atividades domésticas ou ocupacionais, através do uso de tecnologias assistivas, também denominadas “ajudas técnicas”.

## **2.4 – Principais ações realizadas pelo SEBRAE para o desenvolvimento social e sustentável do País**

Em face da necessidade de se estabelecerem parcerias e ampliar o envolvimento conjunto em ações de desenvolvimento social, há que se destacar, além das parcerias interministeriais, a participação de parceiros como EMBRAPA, IBAMA, SEBRAE, IEL, SENAI, entre outros de âmbitos nacional, estadual e municipal, que tenham como finalidade promover a inovação, bem como estimular e gerar novas oportunidades sócio-econômicas como estratégia de desenvolvimento que proporcione inclusão social e redução das desigualdades.

Nesse sentido, considerando as necessidades econômicas e sociais, salientam-se as seguintes iniciativas realizadas pelo SEBRAE:

1. Projeto URBE, que se propõe a organizar os recursos humanos e logísticos do território, de modo a promover ações geradoras de oportunidades sustentáveis de negócios a micro e pequenas empresas. O projeto atua em parceria com prefeituras, agentes públicos, atores locais e outras entidades;
2. Ações em prol do desenvolvimento municipal a partir da capacitação de gestores municipais;
3. O Programa Via Design oferece a oportunidade para que micro e pequenas empresas e artesãos também passem a contar com os benefícios do design, conquistando assim, vantagens competitivas, advindas da maior identificação da empresa e de seus produtos e serviços, junto a clientes e consumidores;
4. O Programa Sebrae de Consultoria Tecnológica (Sebraetec) tem como objetivo criar condições para que micro e pequenas empresas tenham acesso às inovações tecnológicas;
5. O Bônus Metrologia permite o acesso de micro e pequenas empresas dos setores industrial, comercial, de serviços e agroindustrial aos laboratórios da rede metrologica instalada em todo o país;



6. Programa SEBRAE TIB, voltado para a normalização, avaliação da conformidade, metrologia, propriedade intelectual e informação tecnológica, básicos para o desenvolvimento de diversos setores da economia (agricultura, indústria, comércio e serviços);
7. O Programa Sebrae de Incubadoras de Empresas tem como missão estimular o uso de incubadoras de empresas para criar, desenvolver e consolidar empresas competitivas que venham a contribuir para o fortalecimento da tecnologia brasileira e o desenvolvimento sócio-econômico nacional;
8. Programa de Eficiência Energética visa a atender às micro e pequenas empresas, o programa compreende a implantação de metodologias para desenvolvimento de Projetos de Eficiência no Uso de Energia em micro e pequenas empresas;
9. O Bônus Certificação viabiliza o acesso de microempresas, empresas de pequeno porte e produtores rurais aos serviços de certificação de produtos;
10. Ação Pró-Capital de Risco é um investimento temporário em empresas emergentes com grande potencial de crescimento, cujo objetivo é ajudar na expansão do capital de risco no Brasil e oferecer oportunidades para micro e pequenas empresas nessa área;
11. Cooperativa de crédito e Microcrédito para melhorar as condições de crédito e financiamento das pequenas empresas brasileiras nos próximos anos;
12. O Projeto 'Jovem Empreendedor' tem o objetivo de capacitar estudantes do ensino fundamental ou médio, na faixa etária de 16 a 24 anos, provenientes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O Sebrae é parceiro do programa e responsável pela capacitação e acompanhamento dos negócios dos jovens empreendedores;
13. O Programa de Turismo visa fortalecer micro e pequenas empresas de todo o país que atuam no setor. Além de envolver ações e atividades direcionadas para a capacitação e a qualificação de profissionais da área, o programa enfoca o apoio à comercialização de produtos e serviços;
14. Programa Cooperação Empreendedora para desenvolver micro e pequenas empresas e levar a geração de emprego e renda às regiões brasileiras onde elas atuam;
15. O Projeto Aprisco tem como finalidade desenvolver a criação de cabras, bodes e ovelhas no nordeste brasileiro. Este projeto adotou uma série de iniciativas para levar inovações tecnológicas e gerenciais às pequenas propriedades rurais;
16. O Projeto Cara Brasileira busca identificar e fortalecer os valores culturais do país para valorizar a identidade e a auto-estima da população. Para os pequenos negócios, o projeto é uma oportunidade de aproveitar as potencialidades culturais dos territórios, dando uma feição própria ao produto brasileiro, tornando-o mais atraente, com maior valor agregado e, portanto, mais competitivo;
17. O Programa SEBRAE de Artesanato busca fortalecer a atividade artesanal como fonte geradora de ocupação e renda, dando tratamento empresarial ao setor;
18. O Projeto Líder Solidário tem como objetivos promover e fortalecer o voluntariado empresarial no Brasil por meio de ações integradas com organizações da sociedade civil;
19. Projeto "A gente sabe, a gente faz", busca difundir os conceitos do empreendedorismo, utilizando-se das técnicas de educação a distância;
20. Programas de Desenvolvimento Local (Xingó, Managé e Zona da Mata são três dos principais projetos apoiados pela Unidade de Desenvolvimento Local – UDL do Sebrae Nacional), tem o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social em diferentes regiões brasileiras, eliminando as desigualdades sociais e contribuindo para o desenvolvimento de áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
21. Acesso a mercados por meio da Inteligência comercial para Arranjos Produtivos Locais;
22. Apoio aos APLs, caracterizados pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Nesse sentido, o objetivo do Sebrae ao atuar em APLs é promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando processos locais de desenvolvimento, na medida em que a



organização das empresas em arranjos constitui-se em importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras, principalmente quando estas são construídas a partir do enraizamento de capacidades produtivas e inovativas. Dentro do projeto de fortalecimento dos APLs adotado pelo Sebrae, o Projeto Promos/Sebrae foi concebido para captar os elementos essenciais da experiência italiana. Ou seja, o Sebrae está implantando o modelo dos distritos industriais italianos em quatro municípios brasileiros: o pólo moveleiro em Paragominas, no Pará; o distrito calçadista de Campina Grande, na Paraíba; o pólo de moda íntima em Nova Friburgo, no Rio; e o pólo de confecções e artesanato em Tobias Barreto, em Sergipe. Esta iniciativa visa consolidar as cadeias produtivas entre as empresas de cada pólo, difundindo informações sobre mercados potenciais, incrementando a produtividade mediante a capacitação de trabalhadores e a transferência de tecnologia;

23. Ademais, o SEBRAE promove ações cuja finalidade é incrementar as capacitações sócio-econômicas, bem como ampliar o escopo de atuação. Nesta linha o SEBRAE atua em ações como: i) Promoção dos Núcleos Setoriais<sup>4</sup>; ii) Promoção de Redes de Empresas<sup>5</sup> e; iii) Apoio às Cadeias Produtivas<sup>6</sup>.

## **2.5 – Principais ações realizadas pelo SENAI para o desenvolvimento social e sustentável do País**

Com base na responsabilidade social, outro parceiro do sistema CT&I que toma relevo é o SENAI, que hoje é um dos mais importantes pólos nacionais de geração e difusão de conhecimento que estão em sintonia com as necessidades da indústria e da sociedade. Atualmente o SENAI tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio da “educação para o trabalho” com resultados muito significativos. Em 2003, por exemplo, cerca de 215 mil pessoas (entre indígenas, presidiários, jovens em situação de risco social, trabalhadores excluídos da vida produtiva, crianças abandonadas, portadores de deficiências, candidatos ao primeiro emprego etc.), tiveram a oportunidade de ingressar ou reingressar na vida produtiva através de ações e cursos de capacitação profissional oferecidos pela instituição. Ademais, destacam-se no âmbito do SENAI:

1. Apoio a 28 áreas industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica;
2. Programa SENAI Solidário, instituído em 2002, apóia entidades carentes, sem fins lucrativos e de comprovada missão social, otimizando e ampliando sua capacidade de atendimento;
3. Rede SENAI de Educação a Distância que atua nos estados: Ceará; Bahia; Mato Grosso; Goiás; Espírito Santo; Minas Gerais; Distrito Federal; São Paulo; Paraná; Rio de Janeiro; Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
4. Programa SENAI de Ações Inclusivas;
5. Programa Tecnologias e Formação na Área Ambiental / Tecnologias e Gestão Ambiental (TGA);
6. Formação de Empreendedores na Área da Eletricidade;
7. Formação de Formadores, que investe no desenvolvimento dos diversos profissionais que lidam com as atividades de educação profissional – desde os docentes até os responsáveis pelo planejamento, avaliação, organização e gestão de programas;

---

<sup>4</sup> Os Núcleos Setoriais reúnem empresas de um mesmo ramo de atividade que, mesmo concorrendo entre si na disputa pelo mercado, atuam em conjunto na solução de problemas comuns, quebrando o isolamento da micro e pequena empresa. Isso proporciona condições de negociar melhor a aquisição de equipamentos e matérias-primas, além de facilitar o acesso às inovações tecnológicas e de mercado no mundo globalizado.

<sup>5</sup> As Redes de Empresas constituem uma forma organizacional passível de ser identificada em diversos tipos de aglomerações produtivas e inovativas. As redes nascem da consolidação sistemáticas entre firmas, os quais assumem diversas formas. Destaca-se a aquisição de partes de capital, alianças estratégicas, externalização de funções de empresa, entre outras.

<sup>6</sup> Cadeias Produtivas referem-se ao conjunto de etapas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, em ciclos de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços. Implicam divisão de trabalho, na qual cada agente ou conjunto de agentes realiza etapas distintas do processo produtivo. Nesta atividade, o SEBRAE atua nas cadeias produtivas prioritárias, nos níveis nacional, estadual e regional.



8. Programa de Ações Móveis voltado para a geração de emprego e renda. Trata-se de uma escola portátil, que leva aos mais distantes pontos do país cursos rápidos, eficazes, e capazes de intervir diretamente nas causas da pobreza, ou seja, no desemprego, na ausência de treinamento profissional e no apoio técnico para microempreendimentos;
9. Olimpíada do Conhecimento
10. Certificação por Competência
11. Programa Construção Civil, que apóia o setor na busca de novas tecnologias, na melhoria da qualidade, no aumento da produtividade e na redução de custos por meio da qualificação das empresas nos níveis previstos no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade para a Habitação (PBQP-H);
12. Programa de Qualidade Ambiental, que consiste em ações efetivas e integradas, que incluem educação ambiental, serviços de informação, assessoria técnica e tecnológica na implantação de sistemas de gestão ambiental ou tecnologias ambientais, serviços laboratoriais e pesquisa aplicada, cobrindo um amplo espectro de necessidades e oferecendo às empresas brasileiras uma ampla variedade de soluções ambientais;
13. Programa de Inovação do Design que atua em 16 estados da Federação, por meio de 26 Núcleos de Apoio ao Design (NAD) e em 13 setores industriais: madeira e mobiliário, calçados, artefatos de couro, gráfica, confecções e têxtil, eletroeletrônica, joalheria, celulose e papel, automação e informática, embalagens, plástico, cerâmica e química;
14. Programa de Metrologia e Avaliação da Competitividade, que visa incrementar as experiências na gestão da metrologia para apoio às indústrias do Brasil;
15. Programa Alimentos Seguros, que atualmente mantém convênio com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e diversos outros parceiros, disseminando as boas práticas de produção e o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em toda a cadeia produtiva de alimentos;
16. Aumento da Competitividade da Média Indústria do Nordeste, que atende a empresas de pequeno porte da região com a finalidade de inserir seus produtos nos cenários nacional e internacional. Atualmente, o projeto está se concentrando nas seguintes cadeias produtivas: construção civil, couro e calçados, laticínios, e confecção e vestuário;
17. Alavancagem do Mercoeste é uma iniciativa que propõe uma estratégia de integração regional com os governos federal e estaduais, a comunidade e as lideranças empresariais e políticas para concretizar o desenvolvimento competitivo e sustentado do Oeste brasileiro, que compreende os seguintes estados: Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins e Distrito Federal;
18. Rede de Tecnologias de Gás Natural (ReGás), composta por laboratórios de combustão de gás e de infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades de educação profissional e assessoria técnica e tecnológica às empresas, é uma ação do SENAI para apoiar a utilização do Gás Natural em diversos setores;
19. Observatório Ocupacional, que consiste em um mecanismo de monitoramento permanente das transformações ocorridas nos perfis ocupacionais da indústria, tornando-se uma importante fonte de informação para empresas, trabalhadores empregados, jovens a procura de emprego e agências governamentais.

### **3.0 – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e algumas ações do Governo Brasileiro**

No que se refere mais especificamente aos ODMs, várias têm sido as iniciativas realizadas em prol do cumprimento do pacto de erradicação da pobreza e da promoção do desenvolvimento sustentável. Face às particularidades do Brasil, a cada dia evidencia-se a urgência quanto à necessidade de maiores investimentos, seja em recursos financeiros ou em capacitação profissional. Porém, com



vistas às análises já realizadas acerca dos indicadores de avaliação, alguns avanços fizeram, e vêm fazendo diferença, conforme sugere a síntese de ODMs / Ações a seguir<sup>7</sup>:

### 3.1 – ODM 1: Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome

- Meta 1: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior à 1 (um) Dólar por dia.
- Meta 2: Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.

A medida assistencial mais significativa foi a expansão da cobertura da previdência rural, além desta, destacam-se: criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea – 1990); realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA); Mobilização da sociedade em prol da Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Programa “Leite é Saúde”, que foi posteriormente substituído pelo Programa de Incentivo para o Combate às Carências Nutricionais; Programa Bolsa-Alimentação; Programa de Geração de Emprego e Renda Urbano; Plano Nacional de Formação Profissional, hoje reformulado e desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Qualificação; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa de Alimentação do Trabalhador; Programa da Comunidade Solidária e os demais programas implementados pelo seu conselho; concessão de benefícios a idosos e portadores de deficiências físicas; Programa Merenda Escolar; Programa Bolsa-Escola; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa Bolsa-Família; Programa Fome Zero; criação do FUNDEF; Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

### 3.2 – ODM 2: Atingir o Ensino Básico Universal

- Meta 3: Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.

As principais medidas que auxiliam no cumprimento deste Objetivo são basicamente: instituição da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Programa Nacional de Alimentação Familiar; Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Projeto Nordeste de Educação Básica; Programa Comunidade Solidária; Programa Nacional de Transporte Escolar; Programa Nacional de Saúde do Escolar; Programa Nacional de Material Escolar; Programa TV –Escola; Programa de Apoio Tecnológico à Escola; Programa Nacional de Informática na Educação; Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (que deverá ser substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação de Jovens e Adultos; Programa Brasil Alfabetizado; Programa Universidade para Todos; Programas de formação e capacitação de professores; avaliação da qualidade do ensino por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Conselho Nacional de Educação e dos Parâmetros Curriculares; criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo; criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

### 3.3 – ODM 3: Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres

- Meta 4: Eliminar as disparidades entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, até 2015.

No que se refere a este Objetivo é importante mencionar que o Governo Federal tem tomado algumas medidas no sentido de privilegiar a inserção das mulheres em algumas Políticas

<sup>7</sup> Seção elaborada com base no “Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, coordenado pelo Ipea e IBGE, e publicado em setembro de 2004; e na “Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” – Trabalho coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável da PUC Minas (fruto da parceria entre a PUC Minas e PNUD), resultante da criação e implantação de uma Rede de Laboratórios Acadêmicos para o Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio sediados em cinco universidades nas diferentes regiões do país: UFPA, UnB, UFRGS, UFPE e PUC Minas.



Públicas de Trabalho e Renda; na seleção para os Programas Estaduais de Qualificação e Parcerias Regionais e Nacionais integrantes do PLANFOR, dando ênfase às questões de raça e gênero, mantendo uma política de incentivo à diminuição das diferenças e da exclusão social; Política de Cotas para afro-descendentes e indígenas. Entre as principais programas e políticas que auxiliam no cumprimento desta meta, destacam-se: criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); a Lei 7.353 / 85 – que instituiu e vinculou o CNDM ao Ministério da Justiça; criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (Sedim); criação de sistema de cotas para as candidaturas femininas aos parlamentos federal, estadual, distrital e municipal; instituição do Programa Nacional de Ações Afirmativas; Programa Nacional de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e Sexual contra as Mulheres; criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); Programa de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho; Programa de Gestão da Transversalidade de Gênero; Programa Brasil, Gênero e Raça; lançamento do Programa Nacional do Desenvolvimento da Mulher Trabalhadora Rural (no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária).

### **3.4 – ODM 4: Reduzir a Mortalidade na Infância**

· Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade.

- No que diz respeito à saúde, destacam-se as seguintes iniciativas: Programa Agente Comunitário de Saúde; Programa Saúde da Família; Programa de Atenção à Criança; Programa de Vacinação de Doenças Imunopreveníveis; implantação do Sistema Único de Saúde; Programa de Combate às Carências Nutricionais; Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança; criação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal; estabelecimento do Plano Nacional de Saúde (que ratificou o conjunto de ações prioritárias contempladas no referido pacto).

O Plano Nacional de Saúde tem como objetivo promover a atenção integral à criança e a redução da mortalidade infantil, com ênfase na redução da mortalidade neo-natal. As linhas de cuidado definidas abrangem as seguintes ações (dirigidas à saúde da mulher e do recém-nascido):

- a) Promoção do nascimento saudável;
- b) Acompanhamento do recém-nascido de risco;
- c) Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e garantia de alta cobertura vacinal;
- d) Promoção do aleitamento materno e alimentação saudável, com atenção especial aos distúrbios nutricionais e às anemias carenciais;
- e) Abordagem de doenças respiratórias e infecciosas e;
- f) Vigilância do óbito infantil.

### **3.5 – ODM 5: Melhorar a Saúde Materna**

· Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

- Apesar de a saúde materna no Brasil ser tomada como um problema de saúde pública, algumas políticas públicas mais específicas merecem destaque, por exemplo: Participação do Brasil em Convenções e Acordos Internacionais sobre a Maternidade e a Mulher; participação no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher; implantação de Comitês de Mortalidade Materna (1988); criação da Comissão Nacional de Mortalidade Materna (1994); criação dos Conselhos de Saúde (1990); Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (2000); edição da Norma Operacional de Assistência à Saúde (2001); instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (1993) para investigar a mortalidade materna no Brasil; lançamento do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neo-natal (2004); implantação do Plano Nacional de Saúde; lançamento da Política Nacional de Atendimento Integral à Saúde da Mulher”, traçando princípios e diretrizes (2004).

### **3.6 – ODM 6: Combater o HIV/Aids e Outras Doenças**

· Meta 7: Até 2015, deter a propagação do HIV/Aids e começar a inverter a tendência atual.

· Meta 8: Até 2015, deter a incidência da Malária e de outras doenças importantes e começar a inverter a tendência atual.



- Mais especificamente relacionada à Aids, as políticas de combate à doença podem ser representadas pelas seguintes iniciativas: criação do Programa Nacional de Aids (1986-1990); consolidação de parcerias entre estados, municípios e ONGs; gestão da política nacional de DST e Aids, dentro do modelo do SUS (Programa Brasileiro de Controle das Infecções das Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids); garantia do acesso gratuito ao tratamento anti-retroviral (ARV); Projeto Aids I; Projeto Aids II. Além desses, é preciso destacar as participações da sociedade civil e das ONGs, que tiveram e têm, um papel determinante no que se refere à informação, prevenção e controle da doença.
- No que diz respeito às políticas públicas de combate à Malária no Brasil, destacam-se: a criação do Programa de Controle de Doenças Endêmicas; criação do Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária na Região Amazônica; Programa Nacional de Controle da Malária; integração de órgãos como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para abranger e acompanhar o controle nas áreas de reforma agrária; definição de legislação ambiental específicas às áreas endêmicas de Malária e; criação do sistema de informação SIVEP – MALÁRIA.
- No que tange à Tuberculose, uma das ações do Governo Federal voltadas para a notificação da doença foi a criação do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN 1990-1993). Ademais, as ações voltadas para o controle da Tuberculose estão contempladas nas atividades dos serviços de atenção primária à saúde, sobretudo no Programa de Saúde da Família. Tem-se ainda: Imunização da população pela vacina BCG; adoção do DOTS (Estratégia de Tratamento Diretamente Observado); criação do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (2003-2007).
- Específico à Hanseníase, foi criado o Plano Nacional de Eliminação da Hanseníase, cujo objetivo é alcançar os níveis de prevalência compatíveis com a eliminação da doença (menos de um caso por dez mil habitantes), bem como sua manutenção.

### **3.7 – ODM 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental**

- Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.
- Meta 10: Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário.
- Meta 11: Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

desenvolvimento sustentável do meio ambiente, além de questões relacionadas às mudanças globais. Nesse sentido, podem-se citar iniciativas como: criação do Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desenvolvimento; implementação do Programa Nacional de Florestas; Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81); Lei das Águas (Lei 9.433/97); Código Florestal (Lei 4.771/65); Lei de Biossegurança; Lei de Crimes Ambientais; Lei 9.985/00 (que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC); Decreto 4.339/02 (que cria o Projeto Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO); elaboração do GEO-Brasil 2002 (Relatório editado pelo IBAMA); construção da Agenda 21 Brasileira; Programa Nacional do Álcool (PRO-ÁLCOOL); Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica; Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural; criação do Plano Nacional de Eliminação do CFC; realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente (visando a consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama); Programa Nacional de Áreas Protegidas da CDB; Programas de Áreas Protegidas da Amazônia; Programa Amazônia Sustentável; Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR 163 (Rodovia Cuiabá-Santarém); criação do Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM);



criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Auto-motores; Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) realizada no Rio de Janeiro; investimento por parte do governo brasileiro na capacitação do IBAMA e de outros órgãos ambientais estaduais; Outras políticas e medidas em prol do cumprimento desta meta, devido a sua abrangência e complexidade, deverão ser observadas nos órgãos e instituições (nacionais e internacionais) competentes, que estejam desenvolvendo programas e ações voltadas para a temática.

### 3.8 – ODM 8: Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

- Meta 12: Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.
- Meta 13: Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos.
- Meta 14: Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- Meta 15: Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
- Meta 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo.
- Meta 17: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento.
- Meta 18: Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação.

patentes; v) Ampliação do desenvolvimento sustentável; vi) Inclusão digital; vii); Cooperação e Parcerias brasileiras para o desenvolvimento; viii) Ações na área de segurança alimentar; ix) Ações de apoio à programas educacionais; x) Ações de cooperação na área de saúde; xi) Ações para a cidadania e democracia.

- Algumas ações brasileiras em prol do cumprimento deste Objetivo são: criação do Fundo Fiduciário IBAS de Alívio à Fome e à Pobreza (ação conjunta com a Índia e a África do Sul); divulgação da Declaração de Genebra (em parceria com a França e o Chile, subscrita mais recentemente pela Espanha); orientação do Clube de Paris (para a concessão de descontos às dívidas de seus devedores, dentro da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados – *Heavily Indebted Poor Countries* – HIPC<sup>8</sup>); Grupo do Rio (onde o país apóia a instituição dos “Mecanismos Financeiros Inovadores para a Governabilidade Democrática”; incentivo ao lançamento da terceira rodada de negociações no âmbito do Sistema Global de Preferências Comerciais entre os Países em Desenvolvimento – SGPC); criação do G-20 (plataforma que procura incorporar a dimensão de “desenvolvimento” nas negociações em agricultura); participação na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED); liderança na criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL (um dos aspectos mais inovadores do Protocolo de Kyoto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima); criação da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira (CPDS); criação do Programa Governo Eletrônico (exemplo de programa de modernização da Administração Pública pelo uso das novas tecnologias, orientado ao cidadão e à prestação de serviços básicos à população); elaboração, ainda em andamento, do projeto Casa Brasil (cujo objetivo é implantar 7 mil telecentros em regiões com baixo IDH); participação na Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação; execução de vários programas por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores; participação no Comitê de Reforma Agrária na FAO; participação no Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas; implementação de projetos como Telecurso e Alfabetização

<sup>8</sup> São devedores do Brasil os seguintes países, conforme os HIPCs classificados pelo FMI: Angola, Bolívia, Congo, Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritània, Moçambique, Nicarágua, República Democrática do Congo (ex-Zaire), Senegal, Sudão, Tanzânia, Zâmbia.



Solidária, que apóiam o processo de reintrodução da língua Portuguesa e o combate ao analfabetismo no Timor Leste; cooperação no combate à Aids<sup>9</sup>; participação no Fórum Social Mundial.

---

<sup>9</sup> Alguns países atendidos pelos projetos de cooperação brasileira na área de medicamentos para o combate à Aids são: Colômbia, El Salvador, República Dominicana, Paraguai, Bolívia, Namíbia, Burundi, Burkina Fasso, Quênia, Angola, Moçambique e, São Tomé e Príncipe.

## **ANEXO I – O Papel Social das Empresas e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil** <sup>(10)</sup>

A complexidade e a amplitude dos problemas têm se mostrado maiores do que as possibilidades de concretização expressas pelos governos para enfrentá-los, seja em função de questões políticas, sociais ou econômicas. Em face desta realidade, tem sido cada vez mais importante, senão fundamental, a participação das sociedades por meio de parcerias entre os diversos atores sociais e as diferentes esferas do governo, para dar efetividade e abrangência às soluções.

Faz-se mister ressaltar alguns exemplos de ações, projetos e programas que vêm sendo implementados e conduzidos pelas empresas em prol do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil. Outrossim, é necessário explorar essas experiências já em andamento para se ter uma visão mais adequada acerca das possibilidades de ação por parte do setor empresarial, e em que medida o governo, e a sociedade de um modo geral, podem contribuir para o fortalecimento desses esforços.

Como exposto, seguem alguns exemplos dos esforços que vêm sendo feitos pelo setor empresarial, e a direta relação entre essas experiências e os ODMs.

### **ODM 1 - Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome:**

Em 2003, o governo brasileiro lançou o Programa Fome Zero, que se refere a um conjunto de iniciativas que visa uma ação coletiva de combate à fome e à pobreza e articula políticas estruturais específicas e locais. Ainda em andamento, a efetividade desse programa depara-se com desafios como a necessidade de se multiplicar os programas de geração de emprego e renda e promover ações de combate à fome e educação alimentar.

Neste contexto, com relação ao **apoio à geração de emprego e renda** destacam-se as seguintes experiências:

- O Banco do Brasil financiou a construção de cinco fábricas para o beneficiamento de castanha de caju, possibilitando a geração de emprego e renda para inúmeras famílias de agricultores pobres do Pará;
- No município de Oriximiná, no Pará, a mineradora MRN desenvolve junto às comunidades ribeirinhas um programa de piscicultura em parcerias com as associações comunitárias. O projeto minimiza os efeitos da pesca predatória e é uma alternativa de renda para a população local;
- A construtora Odebrecht implementa o projeto Folha Verde, que beneficia famílias de horticultores em Virgem da Lapa (MG). O projeto capacita os agricultores a fornecer infra-estrutura para a comercialização da produção excedente. A empresa desenvolve também outros dois projetos de apoio à geração alternativa de renda a partir da reciclagem de lixo em Porto Alegre (RS) e Maceió (AL);
- No Mato Grosso do Sul, a empresa SEARA foi avalista para assentados num projeto de montagem de aviário, financiado pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste em apoiado pelo poder público em várias esferas. O projeto proporciona renda para outras atividades da comunidade, além da complementação alimentar;
- Em parceria com a prefeitura do município de Raposos (MG), a Anglogold estruturou uma cooperativa de costureiras que produz uniformes para a própria empresa e também para outras instituições;

---

<sup>10</sup> Esta seção foi elaborada com base no documento “O compromisso das empresas com as Metas do Milênio”, publicado pelo Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social, em junho de 2004.



- A Amanco investe na profissionalização e melhoria da qualidade de vida de famílias carentes moradoras do morro do Amaral, em Joinville (SC), fornecendo também atendimento médico e psicológico a essa comunidade;
- O projeto Folia na Panela, da Nestlé, oferece cursos de conservação e manipulação de alimentos, além de ensinar receitas de baixo custo e alto valor nutritivo. Realizado no morro do Fubá, no Rio de Janeiro, tem como objetivo gerar renda aos participantes tornando-os profissionais da alimentação.

No que se refere ao **apoio à merenda escolar**, maior programa de alimentação do Brasil, tem-se as seguintes experiências:

- A Bayer investe financeiramente na complementação da merenda escolar em 46 creches, desde 2003;
- A empresa White Martins fornece mensalmente gêneros alimentícios à creche localizada em Iguatama (MG), garantindo café da manhã, almoço e lanche da tarde a 108 crianças de 0 a 12 anos;
- A Souza Cruz reforça a merenda de escolas do Ensino Fundamental implementando o projeto Hortas Escolares na Região Sul do país. Além de aprender a cultivar uma horta, os alunos recebem orientações sobre a importância de preservar o meio ambiente, o valor nutritivo dos alimentos e noções de higiene e saúde.

Sobre as ações de **combate à fome na zona rural**, podem ser incluídas iniciativas de produção certificada e de artesanato local ou outras ações que valorizem a produção em pequena escala e considerem as diferenças culturais e geográficas entre as regiões do país. Neste caso, seguem os seguintes exemplos:

- O Programa Caras do Brasil, lançado pelo Grupo Pão de Açúcar no final de 2002, tem como objetivo ampliar o espaço de comercialização de produtos artesanais ou fabricados por pequenos produtores agrícolas e agroindustriais. Os produtos são fruto de projetos comunitários que visam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social de comunidades distantes, como o mel produzido pelos índios do Xingu e a farinha de banana do Pará, entre cerca de 40 fornecedores já cadastrados, que representam 16 Estados brasileiros;
- No oeste do Pará, a mineradora MRN implementa um projeto de fornecimento de sementes e mudas de espécies nativas que promove o reflorestamento da região. A empresa compra as sementes produzidas pela comunidade, e oferece treinamento para cerca de 300 ribeirinhos realizarem a produção de mudas para o reflorestamento. Participam do projeto 14 comunidades, que, além de contribuir para a preservação do meio ambiente, encontram na atividade uma fonte alternativa de renda;
- A Souza Cruz incentiva a plantação de milho e feijão após a colheita do fumo, aproveitando sua adubação residual. O programa, que envolve cerca de 45 mil pequenos produtores rurais fornecedores da empresa, estimula a produção de alimento para consumo das famílias e a criação de pequenos animais. É realizado em parceria com as secretarias de Agricultura dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Sobre as ações de **combate à fome na zona urbana**:

- O projeto “Tá na Mesa”, desenvolvido pela Telemig, recolhe e encaminha alimentos a 22 cidades de Minas Gerais. As ações visam também eliminar a desnutrição infantil incentivando o aleitamento materno, o melhor aproveitamento dos alimentos e a criação de hortas comunitárias. O projeto tem como parceiros a Pastoral da Criança, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares dos municípios envolvidos;
- A CST — Companhia Siderúrgica de Tubarão oferece diariamente uma sopa nutritiva a pessoas carentes da comunidade onde atua, no Espírito Santo;
- A empresa Bandeirante de Energia desenvolve uma campanha que agrega a economia de energia elétrica com o combate à fome. Implementado em 28 municípios de São Paulo, o projeto estimula a coleta seletiva entre seus consumidores. Os resíduos são processados e vendidos como sucata;



### Sobre os **programas de educação alimentar:**

- O Programa de Educação Alimentar desenvolvido pela Unilever tem como objetivo combater a má alimentação infantil. Destinado a crianças de 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, beneficia 25 escolas públicas da cidade de Pouso Alegre (MG) e conta com o apoio das secretarias de Educação e de Planejamento. O programa fornece cursos de capacitação a professores e merendeiras e material pedagógico desenvolvido para estimular uma alimentação saudável na escola e em casa;
- A Nestlé realiza o Programa Nutrir, que dissemina conceitos de higiene e aproveitamento dos alimentos com o objetivo de prevenir a desnutrição em crianças de 5 a 14 anos. Realizado em 19 municípios de seis estados brasileiros, o sucesso do programa levou à constatação pela empresa de que ele pode ser aplicado em qualquer localidade. Assim, iniciou-se um projeto de capacitação, implementado por coordenadores do Nutrir com o apoio de consultores contratados, para constituir uma rede nacional de prevenção da desnutrição;
- A Bunge Alimentos viabiliza a criação de hortas comunitárias e oficinas de artesanato direcionadas a alunos do Ensino Fundamental que estudam em escolas da rede pública localizadas nas imediações das unidades industriais da empresa. Essas ações desenvolvem-se nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em parceria com o poder público e organizações privadas;
- O grupo de telefonia TIM Maxitel implantou o PÃO — Programa de Alimentação Orientada, que abrange 40 municípios do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, em Minas Gerais, uma das regiões mais pobres do Brasil. O programa incentiva o aproveitamento de recursos disponíveis nas próprias comunidades, difundindo informações sobre multimistura e alimentação alternativa para líderes comunitários, cantineiras de escolas e cozinheiras de creches e entidades assistenciais.

### **ODM 2 – Atingir a Universalização do Ensino Fundamental:**

Em que pese os problemas relacionados às desigualdades regionais, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003, aponta que no caso da educação, nos últimos 10 anos, as taxas de analfabetismo só têm conseguido forte redução nos estados mais ricos. Face a este aspecto, tem-se as seguintes iniciativas:

- A Fundação Abrinq para os Direitos da Criança e do Adolescente. São mais de 1.600 empresas certificadas com o selo Empresa Amiga da Criança que se comprometem com os dez princípios estabelecidos pela Fundação;
- A Pfizer, em parceria com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), realiza um projeto visando a erradicação do trabalho infantil na região semi-árida da Bahia. Cada família que tira seu filho da lavoura e o leva à escola recebe caprinos, infra-estrutura para a criação e curso de capacitação para a comercialização de seus produtos;
- Em Russas, no Ceará, o Bank Boston incentiva a retirada de crianças do trabalho encaminhando-as a núcleos de ações complementares à escola, enquanto seus familiares trabalham na mini-fábrica de alimentos que fornece para a rede municipal de ensino. O projeto conta com a parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da prefeitura municipal e do Unicef.
- O Instituto Souza Cruz implementa o programa O Futuro é Agora, que envolve entidades representativas das empresas fumageiras e prefeituras de 600 cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e também na Paraíba. O programa é estruturado em três projetos: Protetor da Criança e da Terra, que visa conscientizar os pais da necessidade de que seus filhos completem pelo menos o ensino fundamental; Indústrias Parceiras da Escola, que reconhece e certifica as empresas que apóiam escolas rurais; e o projeto Criança Feliz é Criança que Estuda, campanha que leva informações sobre os programas para os produtores rurais, que são convidados a assinar um termo de adesão comprometendo-se com a educação dos filhos.

Sobre os **apoios e investimentos em escolas e ONGs** que desenvolvem projetos educacionais:



- A Petrobrás desenvolve o projeto de alfabetização Mova Brasil, em parceria com o Instituto Paulo Freire e a Federação Única dos Petroleiros (FUP). O projeto beneficia 15 mil alunos nos cinco Estados em que está sendo implementado: Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte. Iniciado em 2004, o projeto pretende capacitar 1.600 alfabetizadores para, até 2006, alfabetizar 40 mil jovens e adultos;
- O Programa Alfabetização Solidária é desenvolvido atualmente pela ONG Comunidade Solidária e apoiado pelas empresas Amanco, Nestlé, Telefônica e Texaco, entre outras. O programa pretende reduzir o índice de analfabetismo em municípios pobres do país, contando com suporte financeiro de empresas, que garantem parte dos recursos necessários tanto à alfabetização de crianças, adolescentes e adultos, quanto à capacitação de alfabetizadores. A Amanco apóia o programa em Olindina (BA) e no Cabo de Santo Agostinho (PE). A Nestlé atua em três cidades do interior de Alagoas, enquanto a Texaco foca seu apoio em três municípios paraenses e duas cidades nordestinas. A Telefônica adotou 25 mil alunos do Alfabetização Solidária em grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

#### Sobre os **projetos educacionais complementares:**

- O Banco do Brasil e o Grupo Pão de Açúcar, além de outras empresas, são parceiros do projeto Queroler — Biblioteca para Todos. O projeto tem como objetivo zerar o número de municípios brasileiros sem bibliotecas públicas — atualmente em torno de 1.000 cidades —, desenvolvendo campanhas de doação de computadores e de livros para o acervo. Para isso, mobiliza setores governamentais, engajando empresas e escolas públicas e privadas para apoiarem o projeto e promover a capacitação dos responsáveis pelas bibliotecas nas cidades. O Queroler está em andamento em sete Estados: Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraná;
- A Natura contribui para a melhoria da qualidade do ensino público fornecendo apoio técnico a projetos educacionais criativos e inovadores. O projeto Crer para Ver conta com apoio de parceiros de negócios da empresa e da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, e já financiou 146 projetos em seus oito anos de existência. A Natura também promove o acesso dos empregados e suas famílias à educação formal, oferecendo bolsas que subsidiam cursos técnicos, universitários, supletivos e de idiomas. Também oferece cursos de informática para filhos de empregados;
- O projeto de educação de adolescentes da Seara visa promover a inclusão social de jovens e prepará-los para o mercado de trabalho.

#### Sobre a **contribuição para Fundos Municipais da criança e do adolescente:**

- A Belgo Mineira e o Bank Boston contribuem, como outras empresas, para Fundos Municipais da Infância e do Adolescente. Essas contribuições beneficiam cidades de 12 Estados brasileiros, melhorando a qualidade de vida de crianças e adolescentes em situação social de risco;
- A Telemig, por meio do Pró-Conselho, busca fortalecer os CMDCA — Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares em Minas Gerais. Articuladas em dez projetos, as principais ações da empresa incluem a doação de aparelhos celulares para Conselhos Tutelares; o Prêmio Bom Conselho, que reconhece e apóia o desenvolvimento de projetos dos CMDCA; cursos de capacitação; e participação de funcionários e da comunidade na destinação de recursos para o FIA — Fundo da Infância e Adolescência.

### **ODM 3 – Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia da Mulher:**

No Brasil, é pequeno o número de empresas que desenvolvem programas de ação afirmativa para a promoção da mulher no local de trabalho. A desigualdade entre homens e mulheres está presente principalmente no mercado de trabalho e na representação política, pois na educação as mulheres já alcançaram melhores níveis que os homens. Mesmo assim, seus salários médios continuam menores e a estrutura ocupacional ainda concentra o sexo feminino em cargos de menor remuneração. Desta forma, seguem abaixo experiências relevantes sobre esta temática:

- O programa de diversidade da Ford Motor Company foi lançado visando prioritariamente o aumento da diversidade de raça e gênero na força de trabalho da empresa. Foram adotadas



medidas inclusivas que estimulam a tolerância a diferenças individuais e o engajamento de todos os trabalhadores em todos os níveis hierárquicos ao programa. A empresa estabeleceu instrumentos de indicação e monitoramento das ações e determinou o alinhamento do plano de ação afirmativa a regulamentações governamentais;

- O Programa de Valorização da Diversidade da Basf, lançado em 2003, envolve todas as empresas do grupo no Brasil e está focado nas mulheres e afrodescendentes. O objetivo do programa é aumentar significativamente o número de executivos do sexo feminino e aumentar a ocupação em cargos de liderança por não-brancos;
- O Bank Boston desenvolve, em São Paulo, o projeto Geração 21, destinado à capacitação de jovens negros. O projeto fornece pequenos empréstimos que alavancam negócios de pequeno porte, que são dirigidos por esses jovens enquanto cursam a universidade. Com parceria do Geledés — Instituto da Mulher Negra, da Fundação Cultural Palmares e da Unesco, o Geração 21 melhora as condições em que vivem o jovem negro e sua família e promove sua inclusão por meio do empreendedorismo.
- A Telefônica, por meio de sua Fundação, tem seu programa de geração de renda voltado para as mulheres de baixa renda que atuam como chefes de família. O programa promove a capacitação técnica dessas mulheres, apoiando iniciativas já existentes visando o desenvolvimento, a confecção e a comercialização de vários produtos. Também recebem orientação sobre técnicas de gestão e cooperativismo e assessoria até a auto-sustentação do empreendimento. São apoiados quatro projetos nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

#### **ODM 4 – Reduzir a Mortalidade Infantil:**

Os desafios existentes em relação ao alcance deste Objetivo são trabalhados em ações como:

- A empresa Aché, em parceria com a ONG InMed, desenvolve um projeto voltado para o combate à anemia em crianças de escolas públicas. Desde 2001 foram atendidas cerca de 5.000 crianças de 12 cidades em 6 estados, principalmente em Goiás;
- O projeto Quilombo, implementado pela mineradora MRN, atende comunidades remanescentes de quilombolas nas margens do rio Trombetas, no Pará. Em parceria com a Fundação Esperança de Santarém, investe na redução do índice de doenças transmissíveis da população local, principalmente promovendo a imunização contra poliomielite, tríplice DTP (difteria, tétano e coqueluche), hepatite B e febre amarela. Em 2003, 98% das crianças entre 12 e 13 meses foram vacinadas;
- O laboratório farmacêutico GlaxoSmithKline firmou acordo com o Ministério da Saúde que garante a transferência de tecnologia para produzir a vacina tríplice viral, utilizada contra sarampo, rubéola e caxumba, por cinco anos. Essa vacina era a única ainda importada pelo Programa Nacional de Imunizações do governo federal. Com o domínio da técnica adequada para a produção do imunizante, o país economizará US\$ 15 milhões nos próximos cinco anos. A previsão é de que 20 milhões de doses deverão ser fabricadas em 2004.

Outro desafio de suma importância refere-se ao **acesso à água potável para populações carentes**, onde se ressalta o fato de que esta é a principal causa de doenças e mortes de crianças em todo o mundo. Sobre isso tem-se:

- O programa Bayer Vai à Comunidade, a Bayer contribui para a redução da mortalidade infantil em cidades do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (MG), uma das mais pobres regiões do Brasil. O programa distribuiu, desde 2003, 186 mil tabletes de Aquatabs às secretarias de Saúde desses municípios. Os Aquatabs tornam potável a água de rios e de poços artesianos, evitando a transmissão de doenças por água contaminada;
- A Pepsico do Brasil oferece apoio técnico e monitoramento periódico para avaliar a evolução e os resultados de projetos de terceiros. O programa selecionou dez projetos em sete Estados do Brasil, que têm como foco a elevação da expectativa de vida e a redução da desnutrição e da mortalidade infantil. Os projetos escolhidos referem-se a cinco categorias: Produção Alimentar, Pesquisa e Estudo, voluntariado, Educação e Assistência Direta.

### **ODM 5 – Melhorar a Saúde Materna:**

Ações em favor da saúde materna se multiplicam no Brasil, especialmente naquelas empresas em que as mulheres são maioria. Programas de informação sobre planejamento familiar, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), auto-exame de mamas, amamentação, promoção de lactário dentro da empresa e prevenção da osteoporose são exemplos de temáticas de ações desenvolvidas pelas empresas Schering Plough, Natura e Avon.

- O projeto Passaporte Materno Infantil, criado pela prefeitura de São Bernardo do Campo (SP), atende às mulheres gestantes que fazem acompanhamento pré-natal nas 30 Unidades Básicas de Saúde (UBS). As gestantes recebem o passaporte, que permite a avaliação da saúde da mãe e do feto durante toda a gravidez, e, após o nascimento, acompanha a criança até que ela complete dois anos. Desde 2002, a Basf contribui com o projeto para a confecção de 12 mil passaportes. O projeto possibilita a detecção precoce de alterações que podem causar deficiências irreversíveis.

### **ODM 6 – Combater o HIV/Aids e Outras Doenças:**

O combate a doenças como a Aids, além de outras ligadas à saúde pública, como malária e tuberculose, necessitam de estreita cooperação entre governo e empresas farmacêuticas tanto no plano nacional quanto no internacional, de modo a garantir a produção de novas gerações de medicamentos.

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAids), da ONU, firmou parceria com o Banco Mundial e seis laboratórios farmacêuticos multinacionais para melhorar o acesso dos portadores do vírus da Aids ao coquetel de drogas nos países em desenvolvimento.

No Brasil, essa parceria resultou em um dos mais bem sucedidos programas de combate à Aids em todo o mundo, promovendo o acesso gratuito dos portadores do HIV ao chamado coquetel de 15 (quinze) drogas. O programa proporcionou a redução das internações hospitalares e dos gastos com medicamentos, que são fornecidos pelas empresas farmacêuticas a preços mais baratos para o governo brasileiro. Somente em 2001, a atuação do programa reduziu pela metade o número de mortes por Aids e reduziu em mais de 60% o aparecimento de doenças infecciosas oportunistas.

O Brasil criou, em 2001, um programa governamental de produção e comercialização de medicamentos genéricos que se tornou um modelo internacional, principalmente no combate à Aids. Grande parte do sucesso do programa brasileiro deve-se à negociação de preços dos medicamentos que compõem o coquetel de drogas necessário aos portadores do HIV. Parte desses medicamentos e de outros utilizados no combate à Malária, à Tuberculose e à dengue é produzida por laboratórios nacionais ou por empresas estatais. A outra parte é composta por remédios patenteados por grandes laboratórios farmacêuticos multinacionais.

A ação mais eficaz no **combate às doenças infectocontagiosas** é prover o acesso a medicamentos seguros e baratos, como:

- Os laboratórios Abbott, Bristol-Myers, Merck Sharp & Dhome e Roche, que fabricam a maior parte dos componentes do coquetel de remédios usados por pacientes com HIV, estão envolvidos em programas internacionais de combate às doenças e colaboram com o programa brasileiro concedendo descontos nos preços de seus medicamentos;
- A Roche também está doando ao Programa Nacional DST/Aids do governo federal 25,6 mil frascos de medicamento utilizado no coquetel para o tratamento de crianças que desenvolveram a doença. O compromisso da empresa é oferecer a medicação a todas as crianças brasileiras soropositivas que devem receber o tratamento em 2004;
- A participação da Boehringer Ingelheim no programa do Ministério da Saúde prevê a doação, durante cinco anos, de medicamento para a prevenção da transmissão do vírus HIV-1 (MTCT) de mãe para filho na hora do parto;
- A Roche cede os direitos e a tecnologia de fabricação de medicamento indispensável no tratamento do mal de Chagas;



- A GlaxoSmithKline doa medicamento usado na luta contra a malária;
- Desde 2003, a Aché faz doações de medicamentos para combater verminoses e parasitas intestinais nas favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em parceria com a ONG Apoio Fome Zero e com universidades, fornece medicamentos para profissionais de saúde que fazem trabalho voluntário nos acampamentos do Vale do Ribeira (SP). Também distribui medicamentos para atender a população ribeirinha carente de Itacoatiara (AM);
- A MRN desenvolve programa de combate à malária em comunidades remanescentes de quilombolas que vivem às margens do Rio Trombetas, no Pará. Essas comunidades são consideradas prioritárias pelo governo federal devido à sua vulnerabilidade à doença. O programa é uma parceria da prefeitura de Oriximiná e da Associação de Remanescentes de Quilombos. Entre 1999 e 2003, houve queda de ocorrências da doença de 1.126 para 27. A MRN também fornece assistência médica mensal, palestras sobre saneamento básico, higiene e medidas preventivas contra doenças sexualmente transmissíveis e Aids, além de formar agentes de saúde para ajudar nas ações preventivas que incluem a imunização das crianças contra pólio, hepatite B, febre amarela e DTP;
- Programas com foco na saúde sexual e reprodutiva que, por sua vez, têm conseqüências indiretas sobre as DSTs e HIV/Aids, são desenvolvidos pelas empresas Belgo Mineira e Pfizer. A Pfizer desenvolve esse projeto em São Paulo e na área conhecida como Xingó, que abrange 20 municípios dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.
- O projeto da Belgo Mineira tem foco mais localizado, e concentra-se na capacitação de profissionais da área de saúde para promover a humanização do atendimento da população na área de saúde sexual e reprodutiva;
- A Pfizer implementa, em parceria com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, programa de combate ao colesterol elevado. Desde 2002 é realizado levantamento dos níveis de colesterol em amostra da população de 14 municípios de sete Estados brasileiros, além da distribuição de folhetos explicativos sobre os riscos do colesterol elevado e seus impactos na Saúde Pública;
- A Odebrecht no Brasil é uma das empresas mantenedoras do Instituto Imama, organização da sociedade civil de interesse público voltada para ações de prevenção e tratamento do câncer de mama. O instituto realiza oficinas sobre o auto-exame e fornece sessões gratuitas de psicoterapia e fisioterapia com o objetivo de conscientizar a população de Porto Alegre (RS) sobre a importância do autoconhecimento para evitar o câncer de mama;
- Na área de saúde a Bunge apóia seis instituições diferentes, que atendem a crianças deficientes, doentes de câncer, idosos, além de centros de ginecologia e de quimioterapia. As cidades beneficiadas são Uberaba e Araxá, em Minas Gerais;
- A indústria química e farmacêutica Schering-Plough desenvolve parceria com o Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, a Fundação Abrinq e a Escola Viva para levar noções básicas de higiene e saúde a famílias de baixa renda. O projeto conta com o trabalho voluntário de funcionários que, depois de treinados pela empresa, tornam-se agentes de saúde. As ações têm como objetivo o tratamento de temas básicos para prevenir doenças em crianças de zero a seis anos, como problemas respiratórios, diarreia, verminose e re-hidratação oral. Funcionários de várias creches passaram a ser treinados pelos voluntários e essa experiência da Schering-Plough está sendo repassada a outras instituições.

### **ODM 7 – Garantir a Sustentabilidade Ambiental:**

Para o cumprimento deste Objetivo é preciso promover boas práticas ambientais com sentido educativo, realizar investimentos eficientes, tornar os processos produtivos mais limpos, investir na prevenção e diminuir riscos no desenvolvimento de produtos e processos, incluir o desenvolvimento sustentável na gestão estratégica dos negócios e transferir tecnologias e práticas ambientalmente sustentáveis para toda a cadeia produtiva e as partes interessadas, entre outras ações.

Alguns exemplos das contribuições que o setor empresarial tem desenvolvido:



- As empresas Natura e Texaco mantêm parceria com o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico para a recuperação do jardim. A Texaco criou ali um espaço para deficientes visuais — o Jardim Sensorial, em parceria com o Instituto Benjamin Constant;
- A Natura faz a manutenção de canteiros de plantas medicinais do local. Também identifica e sinaliza as espécies disponíveis, bem como facilita o entendimento de suas propriedades, explorando novas potencialidades do local;
- O projeto na área de uso sustentável de recursos naturais da Basf tem como ação o plantio de mudas para recuperação da mata ciliar do rio Paraíba do Sul, em parceria com a prefeitura de Guaratinguetá e o Ibama. A mata ciliar funciona como refúgio para a fauna nativa, protege a região contra a erosão e contribui para a manutenção da quantidade e qualidade das águas do Rio Paraíba;
- A empresa Anglogold mantém o Centro de Educação Ambiental Harry Oppenheimer (Ceaho), em Minas Gerais desde 2002. O centro desenvolve debates com crianças a respeito do tema da sustentabilidade do meio ambiente e de práticas como reciclagem, reutilização e reaproveitamento dos materiais. Além dos estudantes, participam também professores, trabalhadores da empresa e membros da comunidade;
- Aulas de educação ambiental são desenvolvidas nas próprias unidades das empresas Aché e Kodak. Esta última forma jovens de escolas municipais como patrulheiros ambientais, com aulas semanais por três meses e visitas às instituições parceiras, como Sabesp e Horto Florestal, com o intuito de torná-los disseminadores de informações sobre a preservação ambiental;
- O projeto da Aché atende não só estudantes, mas também profissionais de ONGs, com orientação dos técnicos da empresa e exemplos práticos. Para isso, conta com a contribuição de seu parceiro no projeto, o Parque Ecológico do Tietê (SP), local onde está situado um minhocário que produz húmus utilizado no reflorestamento do parque e nos jardins da empresa;
- A Souza Cruz atua na área de educação ambiental com um projeto estruturado desde a década de 80, abordando de forma prática o ensino às crianças de escolas de primeiro grau;
- O projeto Clube da Árvore fornece kits de material para a confecção de canteiros de árvores nativas brasileiras, além de material didático com temas relacionados ao meio ambiente;
- A Natura também atua de forma diferenciada e viabilizou a produção de três programas exibidos pela TV Cultura, sobre o tema da biodiversidade. Esses materiais são distribuídos a secretarias estaduais de Meio Ambiente e de Educação, ONGs da área e imprensa especializada;
- Nos projetos ambientais da Odebrecht e da Bayer estão incluídas ações que visam ampliar o acesso à água potável por populações que vivem em condições precárias no sertão baiano, no caso da Odebrecht, e no Vale do Jequitinhonha e Mucuri, uma das regiões mais pobres de Minas Gerais, no caso da Bayer. Ambos os programas viabilizam seus objetivos por meio da distribuição de produtos que tornam águas de rios e poços artesianos próprias para consumo, diminuindo a possibilidade da propagação de doenças pela água contaminada;
- A construção de cisternas na região do semi-árido nordestino, especialmente no sertão baiano, é o foco de atuação da Amanco, em parceria com outras empresas e com o poder público. A agricultura familiar e a conseqüente geração de renda também são viabilizadas pelo projeto;
- O projeto da Petrobrás também disponibilizará água para uso humano, animal e agrícola no semi-árido de Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e Alagoas, a partir da ativação de poços inativos da região para bombeamento de água. A iniciativa permitirá o desenvolvimento da agricultura, além da geração de trabalho e renda para a população mais pobre. Para tornar viável o projeto, serão formadas parcerias com instituições de forma a estimular o cooperativismo e facilitar a comercialização de produtos. O projeto Molhar a Terra deu início ao Programa Petrobrás Fome Zero, anunciado em 2003, em áreas de assentamentos rurais do interior do Rio Grande do Norte;
- O Grupo Pão de Açúcar e a Unilever têm parceria direta no projeto de instalação de pontos de entrega voluntária de material para reciclagem. A iniciativa acontece em 36 lojas do grupo varejista, em 5 cidades de São Paulo e no DF, gerando aproximadamente 200 empregos diretos e indiretos.



### ODM 8 – promover uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento:

Este ODM é o que possui um recorte mais global e macroeconômico. Por isso, diz respeito mais diretamente às ações de governos e às relações multilaterais. Todavia, algumas experiências já são consideradas altamente relevantes para o cumprimento desses Objetivos. Assim, tem-se:

- O Projeto Crescer, da Basf, é realizado em São Bernardo do Campo e Guaratinguetá (SP), com foco em adolescentes de baixa renda das comunidades onde a empresa atua. Para cada adolescente, são oferecidas 1.773 horas de profissionalização, por meio da concessão de bolsas de estudo, orientação vocacional e orientação para ingresso e permanência no mercado de trabalho, além do fornecimento de assistência odontológica, material didático, transporte e uniformes;
- Da mesma forma, a empresa Alcatel, em parceria com o Centro de Apoio ao Aprendizado Profissional do Ipiranga, desenvolve no município de São Paulo um programa de aprendizagem profissional mediante um método educacional para formação de adolescentes de 15 a 17 anos na função de “apoio administrativo/auxiliar de empresa”.
- A Accor (Ticket Serviços) auxilia jovens de baixa renda a ingressarem em seu primeiro emprego, por meio do projeto Jovem Cidadão. Em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, a empresa recruta e treina jovens, com possibilidade de efetivação.
- O grupo Accor mantém ainda dois outros projetos. Um deles é o Encaminhar, que treina e acompanha jovens de 16 a 20 anos no desenvolvimento de diversas atividades na empresa. Em outra iniciativa, a Accor Hotels realiza oficinas de hotelaria para capacitar estudantes entre 16 e 20 anos de famílias que recebem até quatro salários mínimos;
- A Siemens também oferece formação profissional na área de panificação para jovens do bairro Sabará, na periferia de Curitiba (PR). A empresa montou uma escola de panificação que produz pães para a creche local. O projeto, que pretende ser auto-sustentável, conta com parceria da Secretaria da Criança e do Adolescente de Curitiba;
- O projeto Iniciativa Jovem, da Shell, além de capacitar jovens entre 18 e 30 anos, preferencialmente os que se encontram em desvantagem social, apóia a consolidação de empreendimentos no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, contribuiu para a formação da rede de empreendimentos sustentáveis da região, que já forneceu o selo de empreendedor sustentável a 45 jovens;

No que se refere à **democratização do acesso às tecnologias de informação**, é importante mencionar que em 2002, o Brasil começou a se destacar entre os países latino-americanos como um dos que tem dado atenção especial à questão da inclusão digital e ao desenvolvimento de tecnologias ligadas à Informática. Em novembro daquele ano, o Brasil recebeu do Fórum Econômico Mundial (WEF) o título de primeiro colocado no ranking dos países da América Latina que melhor desenvolvem tecnologias de comunicação e informação. Neste contexto somam-se as seguintes experiências:

- O grupo Telefônica participa de diversos projetos de inclusão digital por meio de sua fundação. O Educaredé é um portal de educação, totalmente aberto e gratuito, que atende a professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio. Tem como objetivo melhorar a qualidade da educação na rede pública de ensino no Brasil, promovendo o uso pedagógico da Internet. Outro projeto ranking dos países da América Latina que melhor desenvolvem tecnologias de comunicação e informação. O grupo Telefônica participa de diversos projetos de inclusão digital por meio de sua fundação. O Educaredé é um portal de educação, totalmente aberto e gratuito, que atende a professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio. Tem como objetivo melhorar a qualidade da educação na rede pública de ensino no Brasil, promovendo o uso pedagógico da Internet. Outro projeto da Fundação Telefônica é o portal Rede Internacional Solidária, que tem como objetivo tornar disponível conhecimento de natureza prática e aumentar os níveis de participação e interação entre organizações de atendimento a crianças e jovens. Esses projetos contam com a parceria de várias instituições. A parceria com a Rede SACI — Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação, permite o uso da tecnologia por pessoas com deficiência. A fundação também é responsável pelo programa Pró-Direitos, que tem o objetivo de estruturar redes



eletrônicas de comunicação entre entidades públicas e privadas que atuam no atendimento direto e indireto de crianças e adolescentes. Além dos projetos criados e mantidos pela Fundação Telefônica, o grupo espanhol também participa de programas de inclusão digital em parceria com o poder público em São Paulo;

- A Fundação Bradesco tem 39 escolas com 3 mil computadores, que atendem a 105 mil alunos. Cada uma das escolas da fundação adota uma ou duas escolas públicas próximas. Os laboratórios das escolas próprias e das apoiadas pelo banco formam uma rede que proporciona treinamento para professores e alunos. Em seu programa de inclusão digital, a Fundação Bradesco formou mais de 4 mil pessoas com deficiência visual. São parceiros nessa iniciativa empresas de informática e de softwares, além do Medialab do Massachusetts Institute of Technology (MIT);
- O Programa Garagem Digital, parceria entre a HP e a Fundação Abrinq, busca incluir jovens de famílias de baixa renda de São Paulo no universo digital. O objetivo do projeto é desenvolver a auto-estima dos jovens, integrando-os ao mercado de trabalho e à sociedade. O projeto é sistematizado também para que seja possível reproduzir a experiência com outros jovens, em outras regiões;
- A IBM Brasil desenvolve vários programas visando a inclusão digital: o KidSmart, que leva a tecnologia a crianças em idade pré-escolar; o e-Voluntários, programa de voluntariado via Internet; o Reinventando a Educação, programa mundial da empresa para capacitar professores do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas; e o programa de profissionalização, que oferece treinamento e acesso à tecnologia. Entre os parceiros da empresa estão o CDI e secretarias de Educação de diversos Estados brasileiros. Em 2003, a IBM assinou uma carta de intenções com o governo federal, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento do software livre no país.

Merece destaque o papel que o Comitê para a Democratização da Informática (CDI) vem desempenhando em favor da **inclusão social por meio da inclusão digital**, sobretudo no que diz respeito às parcerias, como por exemplo:

- O CDI estruturou as Escola de Informática e Cidadania (EIC), espaços informais de ensino distribuídas por todo o país. Empresas como a Fundação Vale do Rio Doce, Esso, Philips, Sadia e Telefônica doaram microcomputadores e recursos financeiros para a formação de EICs nas comunidades onde atuam. Esses projetos promovem a reintegração social de pessoas de baixa renda, principalmente moradores das comunidades onde a empresa atua, com foco na reintegração social;
- A Cadbury Adams montou EICs em sua empresa, promovendo a inclusão digital de seus funcionários, que adquiriram maior habilidade no uso de computadores, além de compartilharem com familiares os novos conhecimentos em informática;
- A Accenture, consultoria de gestão de tecnologia, colaborou na definição do desenho organizacional e no modelo de sustentabilidade econômica do CDI. A empresa recorre ainda à sua rede de relacionamentos para ajudar o comitê a encontrar novos parceiros para a doação de computadores e softwares, além de ter destinado recursos financeiros para a criação de cem escolas de informática;
- A Microsoft doa softwares para todos os microcomputadores instalados nas EICs do CDI no Brasil.

E ainda, com vistas à **viabilização das parcerias para o desenvolvimento social sustentável**, nota-se as seguintes iniciativas:

- A empresa Amanco, em parceria com outras organizações, realizou a II Conferência de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável da Região Sul. Além disso, a empresa também reconhece projetos e ações sociais implementadas por construtoras e revendas de material de construção, irrigação e infra-estrutura, por meio do Prêmio Amanco por um Mundo Melhor. O projeto Agenda 21 Cajamar, da Natura, incentiva a interação de lideranças empresariais e da sociedade civil para ações de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, a empresa Amanco, em parceria com outras organizações, realizou a II Conferência de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável da Região Sul. Além disso, a



empresa também reconhece projetos e ações sociais implementadas por construtoras e revendas de material de construção, irrigação e infra-estrutura, por meio do Prêmio Amanco por um Mundo Melhor. O projeto Agenda 21 Cajamar, da Natura, incentiva a interação de lideranças da sociedade civil, do setor privado e do setor público governamental. O objetivo do projeto é promover a implementação da Agenda 21 no município de Cajamar (SP), onde está localizada uma de suas unidades, integrando seus funcionários à comunidade em que está inserida;

- O projeto Rede Petrobrás de Responsabilidade Social pretende avaliar os indicadores de atuação social de seus parceiros e estimular seu envolvimento nos projetos selecionados pelo Programa Petrobrás Fome Zero. O Programa de Gestão de Fornecedores da Engenharia (Progefe) tem o objetivo de formar um sistema de informações que permita avaliar e estimular o desenvolvimento da gestão socialmente responsável dos fornecedores.